



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 084151-2000/13-0**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



**Nº 938/CELIC/2013**

O Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Subsecretaria da Administração Central de Licitações- **CELIC/RS**, criada pelo Decreto nº 49.291, de 26 de junho de 2012, mediante o Pregoeiro, designado pela Portaria nº 009, de 18 de fevereiro de 2013, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO por lote, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET nas condições previstas neste Edital e seus anexos, regendo-se pela Lei Estadual nº 13.191/2009, subsidiada pelas normas da Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Estadual nº 11.389/1999, Lei Estadual nº 13.706/2011, Decreto Estadual nº 42.250/2003, Decreto Estadual nº 42.020/2002, Decreto Estadual nº 42.434/2003, Decreto Estadual nº 45.273/2007, Decreto Estadual nº 45.744/2008, Decreto Estadual nº 48.160/2011, e legislações posteriores.

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO**

**TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO**

**DATA: 18/12/2013**

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 09:00 horas do dia 18/12/2013**

**ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09:05 horas do dia 18/12/2013**

**LOCAL: [www.compras.rs.gov.br](http://www.compras.rs.gov.br) ou através do "link" no site da CELIC [www.celic.rs.gov.br](http://www.celic.rs.gov.br).**

**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS (Ouvidoria):**

**Telefone: (0xx51) 3288-1176 ou e-mail: [ouvidoriacelic@sarh.rs.gov.br](mailto:ouvidoriacelic@sarh.rs.gov.br)**

**REFERENCIAL DE TEMPO: Horário de Brasília (DF)**

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa para realizar serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva da Rede Telefônica interna e externa dos ramais e das centrais telefônicas PABX VOIP e seus acessórios dos: Hospital Psiquiátrico São Pedro, Ambulatório de Dermatologia Sanitária, Hospital Colônia Itapuã, Departamento de Coordenação dos Hospitais Estaduais, Hospital Sanatório Partenon e Complexo Regulador Estadual, conforme Anexo IV - Termo de Referência.

**2. DO EDITAL E DO TERMO DE REFERÊNCIA**

2.1. O Edital e o Termo de Referência poderão ser solicitados no protocolo da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos - SARH, na Av. Borges de Medeiros nº 1501-2º andar, nas dependências do Centro Administrativo Fernando Ferrari - CAFF, em Porto Alegre/RS, CEP 90119-900, horário comercial, de segunda a sexta-feira em dias úteis ou no site [www.celic.rs.gov.br](http://www.celic.rs.gov.br).

**3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

3.1. Poderá participar desta licitação **qualquer pessoa jurídica** cujo objeto social seja compatível com o objeto da licitação e que atenda a todas as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 084151-2000/13-0**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



3.2. Não poderá participar desta licitação, empresa enquadrada em qualquer das seguintes hipóteses:

- a) que, direta ou indiretamente, mantenha sociedade ou participação com servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, considerada participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista;
- b) que não atenda as condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório ou não apresente documentos nele exigidos;
- c) que se encontre sob falência, dissolução ou liquidação;
- d) que se encontre inscrita no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CFIL/RS;
- e) que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, na esfera Federal, Estadual ou Municipal.
- f) cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar (cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade, até o terceiro grau, inclusive) de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no Órgão ou Entidade da Administração Pública Estadual em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de: contrato de serviço terceirizado; contratos pertinentes a obras, serviços e à aquisição de bens; ou convênios e os instrumentos equivalentes, conforme Decreto estadual 48.705, de 16 de dezembro de 2011.
- g) cujo ramo de atividade não seja compatível com o objeto desta licitação.

3.3. É vedada a participação sob forma de consórcio;

3.4. É vedada a subcontratação;

3.5. É permitida a participação de empresas estrangeiras desde que apresente Decreto de Autorização para funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir e, ainda, atenda as exigências de habilitação mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

#### **4 DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

4.1. Os licitantes que declararem, eletronicamente, em campo próprio, quando do envio da proposta inicial, o enquadramento social que trata este item, devidamente comprovado conforme estabelece este instrumento, terão tratamento diferenciado e favorecido nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e Lei Estadual nº 13.706/2011.

4.2. A ausência dessa declaração, neste momento, significará a desistência da microempresa e/ou de empresa de pequeno porte de utilizar-se das prerrogativas a elas concedidas pela Lei Complementar Federal de nº 123/2006.

4.3. Consideram-se empatadas as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que estiverem no limite de até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada, desde que esta não seja microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.4. Ocorrendo o empate, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a microempresa e empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de

2



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 084151-2000/13-0**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



preços inferior a proposta de menor preço apurada no certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a partir da solicitação do pregoeiro, sob pena de preclusão.

4.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor lance.

4.6. No caso de não adjudicação ou de não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte serão convocadas as empresas remanescentes, de mesmo enquadramento social, na ordem classificatória, para o exercício de mesmo direito, que se encontrem na situação de empate. Na hipótese de não haver mais empresas de mesmo enquadramento social, o objeto da licitação será adjudicado para a empresa originalmente vencedora.

4.7. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar os documentos de habilitação, mesmo que estes apresentem alguma restrição relativa à regularidade fiscal, sob pena de desclassificação.

4.8. A microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar documentos com restrições quanto à regularidade fiscal tem assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, a partir da declaração de vencedor da licitação, para apresentar à CELIC/RS as respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.9. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação da multa de 2% sobre o valor total do contrato, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato.

## **5 DAS IMPUGNAÇÕES**

5.1. Decairá do direito de impugnação dos termos do Edital de Pregão, o licitante que não se manifestar até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura da sessão do pregão, apontando as falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

5.2. A impugnação ao Edital deverá ser feita por escrito e entregue no Protocolo da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos - SARH, na Av. Borges de Medeiros nº 1501- Térreo, nas dependências do Centro Administrativo Fernando Ferrari - CAFF, em Porto Alegre/RS, CEP 90119-900, horário comercial, de segunda a sexta-feira em dias úteis.

5.3. O licitante que apresentar impugnação, deverá encaminhar suas razões fundamentadas ao pregoeiro, que responderá e submeterá a aprovação da Diretora do Departamento de Editais e Padronização da CELIC/RS. A impugnação deverá ser respondida no prazo máximo de até 24 horas antes da abertura do pregão.

5.4. A impugnação feita tempestivamente não impedirá a licitante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente, nos termos dos § 2º e § 3º, do art. 41 da Lei nº 8.666/93.

5.5. Acolhida a impugnação da licitante contra o instrumento convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

## **6 DAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS**

6.1. Quaisquer informações complementares e esclarecimentos relativos ao edital ou ao processo licitatório, deverão ser dirigidos à ouvidoria até 3 (três) dias úteis anteriores à data

3



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 084151-2000/13-0**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço: [ouvidoriacelic@sarh.rs.gov.br](mailto:ouvidoriacelic@sarh.rs.gov.br).

## **7 DO CREDENCIAMENTO**

7.1. A empresa interessada em participar como licitante deverá protocolar a documentação acompanhada do pedido de credenciamento junto a Seção de Cadastro da CELIC, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data aprazada para a abertura da sessão pública.

7.2. O credenciamento do licitante será efetuado através do preenchimento de formulário eletrônico disponível no site [www.celic.rs.gov.br](http://www.celic.rs.gov.br).

7.3. Para a liberação da senha eletrônica, o licitante deverá apresentar os documentos arrolados no item nº 1 – Documentos para Credenciamento, Anexo I.

7.4. Em caso de substituição do representante da empresa, para a liberação da senha eletrônica ou renovação do credenciamento, deverão ser apresentados os documentos elencados nas alíneas “a”, “e” e “h”, do item nº 1 – Documentos para Credenciamento, Anexo I.

7.5. O credenciamento da licitante implica a responsabilidade legal dos atos inerentes à licitação e, na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

7.6. O uso da senha de acesso, pela licitante, é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS ou à CELIC, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da mesma, ainda que por terceiros.

7.7. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente a Seção de Cadastro da CELIC, para imediato bloqueio de acesso. A solicitação de nova senha se dará através do provedor do sistema.

## **8 DO CANCELAMENTO DA SENHA OU TROCA DE USUÁRIO**

8.1. Para cancelar a senha ou encaminhar troca de usuário, o licitante deverá solicitar na Divisão de Cadastro da CELIC/RS até 2(dois) dias úteis anterior a data da sessão do pregão.

## **9 DA PROPOSTA**

9.1. Os interessados, a partir das 10 horas do dia da publicação do Aviso da Licitação no Diário Oficial do Estado, deverão anexar em arquivo no sistema eletrônico, a proposta de preços contendo os seguintes itens:

- a) Descrição detalhada do objeto da licitação;
- b) Indicação do valor em real, com valores totais por lote. Caso haja diferença entre os valores expressos em algarismo e por extenso, considerar-se-á o último;
- c) A proposta inicial de preços prevista no edital deverá ser encaminhada em formulário eletrônico específico contendo as características técnicas do produto ofertado, neste caso indicando, expressamente, a sua marca, modelo e prazo de entrega. No caso de fornecimento de equipamentos, a proposta deverá também indicar o prazo de garantia de assistência técnica



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos  
Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 084151-2000/13-0  
PREGÃO ELETRÔNICO



para os produtos ofertados, obedecendo às demais condições porventura estabelecidas neste Edital;

d) Prazo de validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60(sessenta) dias corridos a contar da data de sua apresentação. Na falta de indicação expressa em contrário, esse será o prazo considerado;

9.2. A proposta final da licitante vencedora, devidamente assinada e atualizada, (juntamente com a Planilha de Custos e Formação de Preços, Anexo V), preenchida pela proponente, expresso em moeda corrente nacional, devendo o preço incluir todas as despesas com encargos fiscais, indicando os tributos e suas respectivas alíquotas, comerciais, sociais e trabalhistas, e outros pertinentes ao objeto licitado, contendo ainda o valor total mensal e global, **deverá ser encaminhada eletronicamente** juntamente com os documentos de habilitação, conforme descrito nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” do item 9.1.

9.3. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

9.4. Apenas os licitantes que, previamente manifestarem eletronicamente, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento as exigências de habilitação previstas no edital, e enviarem as propostas de preços poderão participar das fases subsequentes deste certame.

9.5. O não atendimento do item acima ensejará a desclassificação da proposta no sistema, com automático impedimento da participação na disputa.

9.6. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

9.7. Após a abertura da sessão não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

9.8. O descumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no art. 28 da Lei nº 13.191 / 2009.

9.9. Cabe ao licitante interessado em participar do pregão eletrônico acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## 10 DA HABILITAÇÃO

10.1. Para fins de habilitação, o autor da melhor proposta deverá apresentar os documentos elencados no Anexo I, item nº 2 – Documentos para Habilitação.

10.2. O Certificado de Fornecedor do Estado - CFE e respectivo Anexo, emitido na **família 027 ou 057** correspondente ao objeto licitado, **substituem os documentos de habilitação que nele constarem, arrolados no Anexo I, item nº 2;**

10.3. Os documentos de habilitação ou o CFE, e a proposta final, **deverão ser enviados eletronicamente**, após a solicitação do pregoeiro, no prazo máximo de 1 (uma) hora a contar do encerramento da sessão pública virtual. **Os documentos devem provar a habilitação do licitante no dia da abertura da sessão pública.**

10.4. Os documentos originais ou cópias autenticadas dos documentos enviados eletronicamente e a proposta final assinada e atualizada deverão ser entregues no prazo máximo de 03(três) dias úteis, contados da data de encerramento da sessão pública.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 084151-2000/13-0**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



## **11 DA SESSÃO DO PREGÃO**

11.1. A participação dos interessados, no dia e hora fixados no preâmbulo deste Edital, dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços com valores expressos na moeda oficial do Brasil, exclusivamente por meio eletrônico.

11.2. A partir do horário previsto neste edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas neste edital.

11.3. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital, anexando cópia das mesmas ao processo licitatório.

11.4. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.5. As informações das propostas classificadas, contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

11.6. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

11.7. Classificadas as propostas, dar-se-á início a etapa competitiva, onde será considerado como primeiro lance a proposta inicial de menor valor. Em seguida, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

11.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação.

11.9. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.10. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

11.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

11.12. A etapa de lances da sessão pública, prevista no edital, será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá um período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção dos lances.

11.13. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital. A negociação poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.14. O pregoeiro anunciará o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação direta e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 084151-2000/13-0**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



11.15. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção de lances. O pregoeiro retomará sua atuação, quando possível, sem prejuízo dos atos realizados.

11.16. Quando a desconexão persistir por mais de 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, via endereço eletrônico utilizado para divulgação.

11.17. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

## **12 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

12.1. As propostas das licitantes, apresentadas de acordo com as especificações e exigências deste edital, serão julgadas pelo **MENOR PREÇO GLOBAL MENSAL DO LOTE** e classificadas pela ordem crescente dos preços propostos.

## **13 DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

13.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação e verificará a habilitação do licitante.

13.2. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias ou recusar-se a assinar o contrato, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital. Nesta etapa, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtida melhor proposta.

13.3. As concorrentes remanescentes convocadas ficam obrigadas a atender a convocação e a assinar o contrato respectivo, no prazo fixado pela Subsecretaria da Administração Central de Licitações- **CELIC/RS**, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa ou de não atendimento das condições de habilitação;

13.4. Será declarado vencedor, o licitante que atender as exigências deste Instrumento e que for detentor do lance de melhor preço, ofertado eletronicamente.

## **14 DOS RECURSOS**

14.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, em formulário eletrônico específico, com registro em ata da síntese das suas razões.

14.2. Será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis, contados da declaração de vencedor, para o licitante interessado apresentar suas razões fundamentadas, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a contar ao término daquele prazo, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.3. A falta de manifestação motivada e imediata do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 084151-2000/13-0**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



14.4. A petição de recurso dirigida à autoridade competente deverá ser fundamentada e **encaminhada eletronicamente**.

14.5. O recurso somente será conhecido pela autoridade competente, se estiver fundamentado conforme as razões manifestadas no final da sessão pública e será submetido ao julgamento da autoridade competente da CELIC/RS.

14.6. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

### **15 DA ADJUDICAÇÃO**

15.1. O objeto será adjudicado pelo pregoeiro, quando não houver recurso.

15.2. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, após consulta e verificação de inexistência de inscrição no CFIL/RS, adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

15.3. A licitante vencedora terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da convocação para assinatura do termo de contrato ou retirar a autorização de fornecimento junto ao ÓRGÃO CONTRATANTE.

### **16 DAS PENALIDADES**

16.1. No caso de infringência aos regramentos deste certame, uma vez não sendo considerada satisfatória a justificativa apresentada pelo licitante, serão aplicadas penalidades em relação à sua participação em licitações, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, bem como no Decreto Estadual nº 42.250 de 19 de maio de 2003, e art. 28 da Lei 13.191/99, tudo em consonância com as situações e os prazos abaixo indicados.

16.2. Advertência por escrito;

16.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o(s) valor(es) da proposta, nos casos do(s) licitante(s) vencedor(es) que chamado(s) para assinar o contrato, não comparecer(em), podendo a CELIC/RS convocar o(s) licitante(s) remanescente(s), respeitada a ordem de classificação, e promover contra o licitante faltoso a competente ação civil para ressarcir o Estado dos prejuízos causados.

16.4. Suspensão, sendo descredenciado e ficando impedido de licitar e de contratar com o Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de até 5 ( cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais, o licitante que:

- a) convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato;
- b) deixar de entregar documentação exigida neste edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) não mantiver a proposta;
- e) comportar-se de modo inidôneo;
- f) fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

16.5. Declaração de Inidoneidade para licitar com a Administração Pública Estadual, nos casos de não reabilitação da situação de suspensão, além do integral ressarcimento à administração estadual pelos prejuízos causados e o cumprimento de pena ou sua absolvição, se for o caso, de acordo com o descrito no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e do inciso II do § 2º do art. 8º do Decreto nº 42.250/03.

16.6. As sanções de suspensão e de declaração de inidoneidade levam à inclusão do licitante no CFIL/RS.

8



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 084151-2000/13-0**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



16.7. O saneamento integral, pelo fornecedor, da inadimplência ou a sua reabilitação das demais irregularidades que deram origem a sua inclusão no CFIL/RS, determinará a sua imediata exclusão do Cadastro pelo Ordenador de Despesa competente e o restabelecimento do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, observado o prazo de cumprimento de suspensão imposto anteriormente.

16.8. A aplicação de sanções não exime o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que sua conduta venha a causar ao Estado.

### **17 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.2. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

17.3. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. Este Edital e seus anexos, bem como a proposta vencedora, farão parte integrante do instrumento de contrato, como se nele estivessem transcritos.

17.6. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

17.7. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Competente:

a) promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta;

b) convocar as licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas;

c) determinar prazo para atendimento, pelos licitantes, de esclarecimentos adicionais, sob pena de desclassificação ou inabilitação.

17.8. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes na Lei Estadual nº 13.191/2009 e Federal nº 8.666/1993.

### **17.9. São partes integrantes deste Edital**

Anexo I – Documentos para o credenciamento e para a habilitação

Anexo II- Termo de contrato

Anexo III- Declaração de que não emprega menor

Anexo IV- Termo de Referência

Anexo V – Planilha de custos e formação de preços

Anexo VI Análise contábil da capacidade financeira de licitante - AFC

17.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre, para dirimir questões relativas ao presente Edital, com exclusão de qualquer outro.

Porto Alegre, 25 de novembro de 2013.

Pregoeiro(a)



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 084151-2000/13-0**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



**ANEXO I**

**1 – DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**

- a) cópia da Cédula de Identidade dos responsáveis legais;
- b) cópia do CNPJ da empresa;
- c) registro na Junta Comercial da Firma (Empresário Individual); Estatuto Social e Última Ata de Eleição dos Administradores, devidamente publicada (Sociedade Anônima); Contrato Social e alterações registradas na Junta Comercial (Sociedade Empresária Limitada);
- d) alvará de localização e funcionamento em vigor na data de sua apresentação expedido pela Prefeitura Municipal da jurisdição fiscal da matriz da Pessoa Jurídica ou das filiais que pretendam promover o faturamento e a entrega dos materiais;
- e) procuração comprovando poderes para exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa, caso o responsável não esteja contemplado no Contrato Social ou Estatuto Social;
- f) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim exigir;
- g) Termo de liberação de senha eletrônica;
- h) endereço eletrônico na INTERNET, para contato com o pregoeiro.

**2 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

- a) prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débito relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitidas em conjunto pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- b) prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede do licitante, bem como com a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, mediante apresentação da Certidão de Situação Fiscal, independente da localização da sede ou filial do licitante;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede do licitante;
- d) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS-CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal na sede da licitante;
- e) regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, mediante apresentação da Certidão de Débito relativa às Contribuições Previdenciárias, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- g) Declaração pela licitante de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de 16 anos, ressalvando o menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, em atendimento ao Decreto Federal 4358/2002, conforme Anexo III;
- h) Prova de qualificação técnica, mediante apresentação de comprovante de aptidão para prestação dos serviços pertinente e compatível em características e quantidades com o

10



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 084151-2000/13-0**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



objeto da licitação, por intermédio de atestado(s), expedido(s) por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado.

- i) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, acompanhada da Análise Contábil da Capacidade Financeira de Licitante - ACF (modelo em anexo), preenchido nos termos do Decreto estadual nº 36.601, de 10-04-1996, ou Certificado de Capacidade Financeira Relativa de Licitantes emitida pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado – CAGE, disponível no site [www.sefaz.rs.gov.br](http://www.sefaz.rs.gov.br), exceto para as ME e EPP;
- j) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor do Foro da sede da matriz da Pessoa Jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
- k) cópia do enquadramento como microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP autenticada pela Junta Comercial, se for o caso;
- l) Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA- do Estado de origem, domicílio ou sede do licitante. O visto do CREA/RS- para empresas não domiciliadas no Estado, será exigido pela ocasião da assinatura do contrato;
- m) Prova da empresa possuir no quadro Engenheiro Eletricista- Eletrotécnica, profissional de nível superior detentor de atestado de responsabilidade técnica, atestado emitido pela Entidade competente, ou através de certidões fornecidas pelo mesmo, da seguinte forma:
  - m.1. A prova da empresa possuir no quadro Engenheiro Eletricista- Eletrotécnica, profissional de nível superior, será feita, em se tratando de sócio da empresa, por intermédio da apresentação do contrato social e no caso de empregado, mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
  - m.2. A prova de que o Engenheiro Eletricista- Eletrotécnica é detentor de responsabilidade técnica, será feita mediante apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho profissional competente o mesmo da alínea “l”;
- n) Declaração da licitante de que disporá para a execução do contrato de instalações, pessoal qualificado e aparelhamento técnico adequado e disponível para cumprir o objeto da licitação.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 084151-2000/13-0**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



**ANEXO II**  
**TERMO DE CONTRATO**

Contrato celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio do(a) .... (órgão), ... (ou entidade), sito no(a) ... (endereço), representado neste ato pelo ..... (nome do representante), doravante denominado CONTRATANTE, e ..... (pessoa jurídica), sito no(a) .... (endereço), inscrito no Ministério da Fazenda sob o nº .... (nº do CNPJ), representada neste ato por ..... (representante do contratado), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº .... (nº do CPF), doravante denominada CONTRATADA, para a prestação dos serviços descritos na Cláusula Primeira – Do Objeto.

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, regendo-se pela Lei Estadual nº 13.191/2009. Lei Estadual 13.706/2011, subsidiada pelas normas da Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Estadual nº 11.389/1999, Decreto Estadual nº 42.250/2003, Decreto Estadual nº 42.020/2002, pelo Decreto Estadual nº 42.434/2003, Decreto Estadual nº 45.273/2007, Decreto Estadual nº 45.744/2008, Decreto Estadual nº 48.160/2011, e legislações posteriores, as quais as partes sujeitam-se a cumprir, sob os termos e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

**1. CLÁUSULA DO OBJETO**

3.6. Execução de serviços de empresa para realizar Manutenção Preventiva e Corretiva da Rede Telefônica interna e externa dos ramais e das centrais telefônicas PABX VOIP e seus acessórios dos: Hospital Psiquiátrico São Pedro, Ambulatório de Dermatologia Sanitária, Hospital Colônia Itapuã, Departamento de Coordenação dos Hospitais Estaduais, Hospital Sanatório Partenon e Complexo Regulador Estadual, conforme Anexo IV - Termo de Referência.

**2. CLÁUSULA DA EXECUÇÃO**

2.1. A execução deste contrato compreende a prestação dos serviços, pela CONTRATADA, de acordo com o constante no Anexo IV.

**3. CLÁUSULA DO PREÇO**

3.1. O preço para o presente ajuste é de R\$ ..... (.....) mensais ou, constante da proposta vencedora da licitação, aceito pelo CONTRATADO, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

**4. CLÁUSULA DO RECURSO FINANCEIRO**

4.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do seguinte recurso financeiro:

Unidade Orçamentária: 20.01	Atividade/Projeto:6262/6296/6484/6590
Elemento:3.3.90.39/3931	Recurso0006
Rubrica	Empenho nº
Data do Empenho	



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 084151-2000/13-0**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



## **5. CLÁUSULA DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**

- 5.1. A repactuação deste contrato será permitida, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta, ou da última repactuação, sendo que no primeiro período de reajustamento será feita adequação ao mês civil, se for o caso.
- 5.2. A repactuação será precedida de demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, de acordo com a Planilha de Custos e Formação de Preços, justificados e comprovados.
- 5.3. Caberá à parte interessada a iniciativa e o encargo dos cálculos e da demonstração analítica do aumento ou da redução dos custos.
- 5.4. Os valores para repactuação de preços do Contrato deverão estar ajustados aos parâmetros referenciais fixados nos Contratos de Serviços de Terceiros – CST, de acordo com a Instrução Normativa DDPE nº 01/2006 (alterada pela IN TE nº 01/2012) e o Decreto nº. 44.365, de 23 de março de 2006.
- 5.5. Os custos de instalação e mobilização, no caso de prorrogação contratual, quando couber, deverão ser expurgados para fins de repactuação.
- 5.6. A proponente poderá apropriar para fins de apuração dos custos a depreciação dos equipamentos, respeitado o fracionamento da vida útil, considerando-se, ainda, o valor residual do bem.
- 5.7. É vedada, por ocasião da repactuação, a inclusão de benefícios não previstos originariamente.

## **6. DO PAGAMENTO**

- 6.1. A contratante reserva-se o direito de suspender o pagamento se o(s) serviço(s) estiver em desacordo com o previsto neste contrato, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.2. Os pagamentos serão efetuados mensalmente em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura, discriminada, cumpridas as demais exigências constantes do contrato.
- 6.3. A Contratada não poderá protocolizar a nota fiscal ou nota fiscal fatura antes do recebimento definitivo do objeto por parte da Contratante.
- 6.3.1. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação e, nos casos em que a emissão for de outro estabelecimento da empresa, o documento deverá vir acompanhado das certidões negativas relativas à regularidade fiscal. Quando o documento for de outro estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul independente da localização da sede ou filial do licitante;
- 6.3.2. O pagamento será efetuado por serviço, efetivamente prestado e aceito;
- 6.4. É condição para o pagamento da nota fiscal/nota fiscal fatura, a apresentação de prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e com o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, devidamente atualizados;
- 6.5. Na fase da liquidação da despesa deverá ser efetuada consulta ao CADIN/RS, para fins de comprovação do cumprimento da redação contratual estabelecida nos termos do disposto no artigo 55, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 6.6. No pagamento referente ao primeiro mês a CONTRATADA deverá apresentar o ART (Anotações de Responsabilidade Técnica) CREA, devidamente atualizada.

13



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 084151-2000/13-0**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



## 7. DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1. Os valores do presente contrato não pagos na data prevista serão corrigidos até a data do efetivo pagamento, pro-rata die, pelo Índice Geral de Preços - Mercado/IGP-M.

## 8. DA ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO

8.1. As antecipações de pagamento em relação à data de vencimento, respeitada a ordem cronológica para cada fonte de recurso, terão um desconto equivalente à de 0,033% por dia de antecipação sobre o valor do pagamento.

## 9. DOS PRAZOS

9.1. Os serviços terão início no prazo **de até 05 dias** a contar do recebimento da autorização de serviço e serão executados de acordo com o edital, a proposta vencedora da licitação e as cláusulas deste instrumento.

9.2. A autorização de serviço somente poderá ser emitida após a publicação da súmula do contrato no Diário Oficial do Estado.

9.3. O prazo de duração desta contratação será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da súmula do contrato, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, através do respectivo termo aditivo, nos termos do que dispõe o art. 57 inciso II da Lei federal 8.666/93 e legislação pertinente.

## 10. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia por uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei federal nº 8.666/93, correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor contratual atualizado.

Se a garantia for prestada em moeda corrente nacional, quando devolvida deverá sofrer atualização monetária pelo IGPM, a contar da data do depósito até a da devolução.

## 11. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1. Executados os serviços e estando os mesmos de acordo com o previsto no edital de licitação, na proposta, nas cláusulas contratuais e, ainda, observada a legislação em vigor, serão recebidos pela contratante mediante atestado do responsável.

11.2. Provisoriamente, quando necessária verificação posterior da conformidade do serviço com a especificação do objeto;

11.3. Definitivamente, por intermédio de Comissão formada por servidores públicos, após verificação da qualidade e quantidade do bem e conseqüente aceitação, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, de acordo com a alínea “b” inciso I do art. 73 da Lei Federal 8.666/93.

11.4. A aceitação do objeto, não exclui a responsabilidade civil, por vícios de forma, quantidade, qualidade ou técnicos ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente;

11.5. O serviço recusado será considerado como não prestado;

14



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 084151-2000/13-0**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



11.6. Os custos de retirada e devolução dos serviços recusados, bem como quaisquer outras despesas decorrentes, correrão por conta da contratada.

## **12. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES**

### **12.1. DOS DIREITOS**

#### **12.1.1. Da CONTRATANTE**

a) receber o objeto deste contrato nas condições avençadas; e

#### **12.1.2. Da CONTRATADA**

b) perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionado.

### **12.2. DAS OBRIGAÇÕES**

#### **12.2.1. Da CONTRATANTE:**

a) Efetuar o pagamento ajustado;

b) Fiscalizar a execução deste contrato conforme disposto no art.67, da Lei Federal 8.666/93;

c) Dar a CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

d) Proporcionar as facilidades necessárias ao perfeito desenvolvimento dos serviços, permitindo livre acesso dos empregados da CONTRATADA aos locais dos mesmos dentro dos horários estipulados, observando as normas internas de cada local de prestação dos serviços;

e) Prestar as informações e os esclarecimentos necessários que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, se assim julgar conveniente, a fim de proporcionar o cumprimento das obrigações contratuais;

f) Não utilizar os empregados da CONTRATADA em outros serviços não abrangidos neste Contrato.

g) Fiscalizar a execução deste Contrato conforme disposto no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93 .

#### **12.2.2. Da CONTRATADA:**

12.2.2.1 Prestar o serviço na forma ajustada;

12.2.2.2 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

12.2.2.3 Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais adequados;

12.2.2.4 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.2.2.5 Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial encargo social, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

12.2.2.6 Reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

12.2.2.7 Responder diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 084151-2000/13-0**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



12.2.2.8 Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da legislação fiscal ( Federal, Estadual e Municipal) e da legislação social, previdenciária, trabalhista e comercial, decorrentes da execução do presente contrato;

12.2.2.9 A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

12.2.2.10 Permitir a Contratante a fiscalização, a vistoria dos serviços e o livre acesso às dependências, bem como prestar, quando solicitada, as informações visando o bom andamento do(s) serviço(s);

12.2.2.11 Os serviços serão prestados, preferencialmente, entre 8hs e 18hs, nos dias úteis de segunda a sexta-feira, nas dependências das instituições, ou excepcionalmente aos sábados, domingos, feriados e horários diversos, mediante solicitação da Contratante.

12.2.2.12 A contratada realizará as atualizações dos programas aplicativos decorrentes de mudança de legislação pertinente e mudanças geradas pelas concessionárias de telefonia, e outras sem ônus para a Contratante.

12.2.2.13 Caso seja constatada a necessidade de se retirar quaisquer peças para conserto, estas deverão ser imediata e provisoriamente substituídas pela contratada até que seja efetuado seu conserto ou a substituição definitiva.

12.2.2.14 A contratada somente efetuará a retirada de quaisquer componentes da Central ou de outros equipamentos para manutenção fora das dependências das instituições, após a autorização formal da contratante, devendo responsabilizar-se pela sua remoção, adequado acondicionamento ao local a que deverá ser instalado, bem como pelas despesas operacionais decorrentes.

12.2.2.15 Em caso de necessidade de substituição de peça e/ou qualquer material ou equipamento de que trata o objeto da presente contratação, a CONTRATADA deverá apresentar à Direção e/ou à Fiscalização do Contrato do respectivo local de prestação dos serviços a descrição, bem como o defeito apresentado, para que a contratante providencie na sua aquisição mediante pesquisa de preço de mercado;

12.2.2.16 Quando houver a demanda para aumento da capacidade nominal da central telefônica (ramais, troncos, mesa atendedora, etc.), com a aquisição de equipamentos pela contratante, a contratada deverá ser a responsável pela instalação, sem ônus adicional de mão de obra ou licenças. Os novos equipamentos por ventura instalados passarão a fazer parte do contrato de manutenção através de solicitação de aditivo.

12.2.2.17 Toda irregularidade, tão logo identificada pelo técnico profissional da empresa que executará os serviços, deverá ser imediatamente comunicada à Direção, Fiscalização dos Contratos, chefia dos Serviços de Manutenção e/ou Serviços Gerais dos respectivos locais de prestação dos serviços.

12.2.2.18 Executar com perfeição, os serviços de assistência técnica e manutenção, preventiva e corretiva, na central telefônica de propriedade da Contratante, de acordo com as disposições técnicas deste Termo de Referência e de acordo com as recomendações do fabricante, com emissão de relatório mensal a ser entregue à Fiscalização de Contratos de cada local de prestação dos serviços.

12.2.2.19 Manter a central telefônica em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento.

16



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 084151-2000/13-0**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



12.2.2.20 Disponibilizar suporte técnico à contratante disponibilizando um telefone celular como forma de comunicação imediata com o técnico responsável pela supervisão e/ou execução dos serviços.

12.2.2.21 Disponibilizar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade os empregados necessários à perfeita execução dos serviços contratados.

12.2.2.22 Fornecer à Fiscalização de Contratos da contratante todas as informações solicitadas, inclusive ao contrato de trabalho dos empregados colocados à disposição da Contratante;

12.2.2.23 Comunicar imediatamente à Fiscalização de Contratos da contratante toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do contrato.

12.2.2.24 Fornecer à Direção e à Fiscalização de Contratos local, uma relação dos profissionais autorizados a intervir na rede de telefonia. Neste documento deverá constar o nome completo, documento de identidade e função, bem como as características (marca, modelo, cor e placa) dos veículos da empresa que serão utilizados nos serviços à Contratante;

12.2.2.25 Aceitar a fiscalização e o acompanhamento dos serviços pela Contratante.

12.2.2.26 Fornecer crachá com fotografia recente aos seus empregados colocados à disposição da Contratante.

12.2.2.27 A Contratada deverá manter os profissionais, designados para a prestação dos serviços, sempre uniformizados e portando o crachá de identificação.

12.2.2.28 Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço.

12.2.2.29 Não fazer uso das informações prestadas pela contratante que não seja em absoluto cumprimento ao contrato em questão.

12.2.2.30 Prestar os serviços em dias úteis, entre 8 (oito) e 18 (dezoito) horas, durante o horário estipulado no Edital, em caso de necessidade de atendimento em horário extra, a Contratada devesse arcar com todas as despesas, não gerando nenhum ônus para a Contratante;

12.2.2.31 Responder civilmente por danos e/ou prejuízos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços ora contratados ou de atos dolosos e culposos de seus empregados.

12.2.2.32 A contratada deverá apresentar a documentação exigida para a habilitação à Fiscalização de Contratos local.

12.2.2.33 Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e demais encargos inerentes à execução dos serviços prestados;

12.2.2.34 Fornecer aos profissionais designados à execução dos serviços, todos os EPIs necessários ao desempenho das atividades, providenciando nas suas reposições sempre que necessário;

12.2.2.35 Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços, devendo garantir a qualidade dos materiais e mão de obra empregados na execução dos mesmos;

12.2.2.36 Responsabilizar-se por quaisquer danos causados às dependências e equipamentos da Contratante, quando evidenciada a culpa, por ação, omissão, deficiência e negligência de seus técnicos e empregados no desempenho dos serviços contratados;

17



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 084151-2000/13-0**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



- 12.2.2.37 A Contratada deverá ser responsável pelo transporte dos materiais;
- 12.2.2.38 Realizar cuidadosa limpeza no local dos trabalhos ao final de cada jornada;
- 12.2.2.39 A Contratada deverá manter as mesmas condições habilitatórias, em especial, no que se refere ao recolhimento de impostos federais, estaduais e municipais, durante toda a execução do objeto,
- 12.2.2.40 Qualquer alteração do estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax ou outros dados pertinentes, feitos pela contratada, deverá ser comunicada à Fiscalização do Contrato dos respectivos locais de prestação dos serviços.
- 12.2.2.41 A Contratada deverá estar registrada na junta comercial do objeto relativo ao presente Contrato.
- 12.2.2.42 A Contratada deverá manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com as condições de qualificação e habilitação exigidas no Edital .
- 12.2.2.43 A Contratada deverá comprovar, possuir funcionário com Certificado Digistar no curso Técnico na Linha IP no Produto XIP-500.
- 12.2.2.44 A Contratada deverá, fornecer declaração, com firma reconhecida, do Fabricante Digistar do Equipamento XIP-500, que a proponente é sua revenda autorizada ou empresa habilitada a comercializar e dar assistência técnica do produto XIP-500, estando, ainda, ciente e solidário com todos os termos e condições da proposta apresentada neste edital.
- 12.2.2.45 A Contratada deverá obedecer e fazer cumprir as Normas de Segurança do Trabalho.
- 12.2.2.46 A Contratada substituirá, a qualquer momento, ou a pedido da contratante, por motivos técnicos ou disciplinares, quaisquer funcionários na execução dos serviços.
- 12.2.2.47 Atender integralmente ao Anexo IV(Termo de Referência).

### **13. DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO**

13.1. A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei federal nº 8.666/93.

### **14. DA RESCISÃO**

14.1. Este contrato poderá ser rescindido de acordo com os artigos 78 e 79, Lei federal nº 8.666/93.

14.2. A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados a CONTRATANTE.

### **15. DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

15.1. No caso de infringência aos regramentos deste contrato, uma vez não sendo considerada satisfatória a justificativa apresentada pela CONTRATADA, ser-lhe-ão aplicadas penalidades, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas artigo 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, artigo 28 da Lei Estadual nº 13.191, de 30 de junho de 2009, bem como Decreto estadual nº 42.250, de 19 de maio de 2003, tudo em consonância com as situações e os prazos abaixo indicados.

15.1.1. Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades;

15.1.2. Multas sobre o valor total atualizado do contrato:



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 084151-2000/13-0**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



- a) entrega de material fora do prazo estipulado neste edital: 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor da parcela até o limite de 20 (vinte) dias, após o qual poderá haver rescisão contratual;
  - b) descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente, inexecução parcial, execução imperfeita ou negligência na execução do objeto contratado: 5% (cinco por cento);
  - c) inexecução total do acordo: 10% (dez por cento);
  - d) atraso da contratada na retirada do material rejeitado, após o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de comunicação da recusa: 1% (um por cento) do valor do material questionado, por dia de atraso;
- 15.1.2.1. As multas moratórias previstas nos itens acima são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.
- 15.1.2.2. A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% (trinta por cento), sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.
- 15.1.3. Suspensão, sendo descredenciado e ficando impedido de licitar e de contratar com o Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais, o licitante que:
- a) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
  - b) falhar ou fraudar na execução do contrato;
  - c) comportar-se de modo inidôneo;
  - d) fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.
- 15.1.3.1. A suspensão temporária ensejará a rescisão imediata do contrato pelo Ordenador de Despesas.
- 15.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, feita pelo Secretário de Estado, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 15.2. Para aplicação da penalidade de inidoneidade o prazo de defesa prévia do interessado será de 10 (dez) dias a contar da abertura de vista.
- 15.3. Para aplicação das demais penalidades, o prazo de defesa prévia do interessado será de 5 (cinco) dias úteis a contar da abertura de vista.
- 15.4. Das penalidades de que trata esta cláusula cabe recurso ou pedido de representação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, bem como pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme o caso.
- 15.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções e não terá caráter compensatório.
- 15.6. A aplicação de sanções não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar danos, perdas ou prejuízos que a sua conduta venha a causar ao Estado.
- 15.7. As multas deverão ser recolhidas, por guia de arrecadação, código ....., conforme disposto no Decreto nº 46.566/2009, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da intimação do CONTRATADO, podendo a CONTRATANTE descontá-la na sua totalidade, da fatura ou do saldo remanescente relativo à avença;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 084151-2000/13-0**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



**16. DA EFICÁCIA**

16.1. O presente contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula no Diário Oficial do Estado.

**17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1. Fica eleito o Foro de Porto Alegre para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

17.2. E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Contrato em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Porto Alegre, de 2013.

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunhas.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 084151-2000/13-0**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



**ANEXO III**  
**DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR**

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº .....e do CPF nº ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

.....

(data)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos  
Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 084151-2000/13-0  
PREGÃO ELETRÔNICO



**ANEXO IV - TERMO DE REFERÊNCIA**

**MANUTENÇÃO DE REDE DE TELEFONIA.**

- **OBJETO:** Contratação de empresa para realizar serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva da Rede telefônica interna e externa dos ramais e **das centrais telefônicas PABX VOIP e seus acessórios** dos: Hospital Psiquiátrico São Pedro, Ambulatório de Dermatologia Sanitária, Hospital Colônia Itapuã, Departamento de Coordenação dos Hospitais, Hospital Sanatório Partenon e Complexo Regulador Estadual.
- **MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS.**
- **DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:** Os serviços especializados a serem contratados consistem em: Manutenção na tubulação telefônica; Manutenção de rede de cabeamento; Manutenção nos blocos de conexões; Manutenção em DG; Manutenção e caixas externas; Manutenção em fiação da caixa até o PTR; Manutenção na fiação de transportes; **Manutenção no Rack, Manutenção nos Pach-paniel, Manutenção nos Pach-cord, Manutenção nos no-break,** Manutenção na rede estruturada de telefonia; Manutenção em caixas de saída; Manutenção em caixas subterrâneas; Manutenção em fiação de rede interna; Manutenção em tomadas padrões; Manutenção de telefones; Manutenção das Centrais Telefônicas, das placas de ramais analógicos, das placas de troncos digitais, das placas de troncos IP, das mesas virtuais de atendimento, dos modems de interligação VOIP e dos interface de celulares. Manutenção incluindo qualquer tipo de programação e reprogramação de serviços, os quais integram a configuração técnica dos equipamentos, garantindo a perfeita e correta utilização de todos os recursos existentes.
- **LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**  
**HPSP - Hospital Psiquiátrico São Pedro** - Av. Bento Gonçalves nº 2.460, onde está localizada uma unidade PABX tipo IV;  
**DCHE- Departamento de Coordenação dos Hospitais Estaduais** - Av. Bento Gonçalves nº 2.460, onde está localizada uma unidade PABX tipo I;  
**ADS - Ambulatório de Dermatologia Sanitária** - Av. João Pessoa nº 1.327, onde está localizada uma unidade PABX tipo I;  
**Hospital Sanatório Partenon e Complexo Regulador Estadual** - Av. Bento Gonçalves nº 3.722, onde está localizada uma unidade PABX tipo III;  
**HCI - Hospital Colônia Itapuã** – Rodovia Frei Pacífico nº 500 – Itapuã, onde está localizada uma unidade PABX tipo II;
- **DESCRIÇÃO, LOCALIZAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DAS CENTRAIS**

**TELEFÔNICAS PABX VOIP E ACESSÓRIOS**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 084151-2000/13-0**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



**DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO DOS HOSPITAIS ESTADUAIS**

**01 (UM) UNIDADE PABX TIPO I MARCA DIGISTAR MODELO XIP-500.**  
**CONFIGURADO COM:**

- . PORTAS DE RAMAIS: 36 (TRINTA E SEIS) RAMAIS ANALÓGICOS;
- . PORTAS DE TRONCOS: 30 (TRINTA) TRONCOS ANALÓGICOS; 30 (TRINTA) TRONCOS DIGITAIS E 02 (DOIS) TRONCOS IP;
- . 01 MESA VIRTUAL DE ATENDIMENTO (SOFTWARE);
- . 01 INTERFACE CELULAR.
- . 01 MODEM DE INTERLIGAÇÃO

***AMBULATÓRIO DE DERMATOLOGIA***

**01 (UM) UNIDADE PABX TIPO I MARCA DIGISTAR MODELO XIP-500.**  
**CONFIGURADO COM:**

- . PORTAS DE RAMAIS: 36 (TRINTA E SEIS) RAMAIS ANALÓGICOS;
- . PORTAS DE TRONCOS: 30 (TRINTA) TRONCOS ANALÓGICOS E 30 (TRINTA) TRONCOS DIGITAIS;
- . 02 TRONCOS IP.
- . 01 MESA VIRTUAL DE ATENDIMENTO (SOFTWARE);
- . 01 INTERFACE CELULAR.
- . 01 MODEM DE INTERLIGAÇÃO

**HOSPITAL COLONIA ITAPUÃ**

**01 (UM) UNIDADE PABX TIPO II MARCA DIGISTAR MODELO XIP-500**  
**CONFIGURADO COM:**

- . PORTAS DE RAMAIS: 48 (QUARENTA E OITO) RAMAIS ANALÓGICOS;
- . PORTAS DE TRONCOS: 30 (TRINTA) TRONCOS ANALÓGICOS E 30 (TRINTA) TRONCOS DIGITAIS;
- . 02 TRONCOS IP.
- . 01 MESA VIRTUAL DE ATENDIMENTO (SOFTWARE);
- . 01 INTERFACE CELULAR.
- . 01 MODEM DE INTERLIGAÇÃO

**HOSPITAL SANATÓRIO PARTENON E COMPLEXO REGULADOR DO ESTADO**

**01 (UM) UNIDADE PABX TIPO III MARCA DIGISTAR MODELO XIP-500**  
**CONFIGURADO COM:**

- . PORTAS DE RAMAIS: 100 (CEM) RAMAIS ANALÓGICOS;
- . PORTAS DE TRONCOS: 30 (TRINTA) TRONCOS ANALÓGICOS E 30 (TRINTA) TRONCOS DIGITAIS;
- . 04 TRONCOS IP.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 084151-2000/13-0**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



- . 01 MESA VIRTUAL DE ATENDIMENTO (SOFTWARE);
- . 01 INTERFACE CELULAR.
- . 01 MODEM DE INTERLIGAÇÃO

**HOSPITAL PSIQUIÁTRICO SÃO PEDRO**

**01 (UM) UNIDADE PABX TIPO IV MARCA DIGISTAR MODELO XIP-500 CONFIGURADO COM:**

- . PORTAS DE RAMAIS: 180 (CENTO E OITENTA) RAMAIS ANALÓGICOS;
- . PORTAS DE TRONCOS: 30 (TRINTA) TRONCOS ANALÓGICOS E 30 (TRINTA) TRONCOS DIGITAIS;
- . 04 TRONCOS IP.
- . 01 MESA VIRTUAL DE ATENDIMENTO (SOFTWARE);
- . 01 INTERFACE CELULAR
- . 01 MODEM DE INTERLIGAÇÃO

**Materiais e Serviços:** Os materiais necessários para a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser fornecidos pela CONTRATANTE. Ferramentas e maquinários adequados a mais perfeita execução dos serviços deverão ser fornecidos pela CONTRATADA.

**Procedimento para a aquisição dos materiais:**

- . Apresentação, pela contratada, de planilha com a descrição do(s) material(ais) com valores de mercado;
- . As peças com necessidade de substituição deverão ser fornecidas pela contratante;
- . Solicitação dos materiais à Direção Administrativa do respectivo local de prestação dos serviços, para aprovação;
- . Os eletrodutos utilizados deverão ser em PVC rígido, sem costuras ou rebarbas, salvo quando necessário à utilização de algum material alternativo aprovado, por escrito, pela Gerência de Manutenção local;
- . As luvas, curvas, buchas e arruelas devem ser de material e dimensões compatíveis com os eletrodutos aos quais serão conectadas;
- . Os eletrodutos devem ser emendados através de luvas atarraxadas em ambas as extremidades a serem ligadas, as quais serão introduzidas na luva até se tocarem para garantir a continuidade interna da instalação;
- . Os eletrodutos somente poderão ser cortados perpendicularmente ao seu eixo. As rebarbas deixadas nas operações de corte ou de abertura de novas roscas devem ser retiradas;
- . As extremidades dos eletrodutos quer sejam internas ou externas, embutidas ou não, deverão ser protegidas com buchas de vedação.
- . Não poderão ser feitas curvas nos eletrodutos, devendo ser usadas, quando necessário, curvas em padrão comercial e bitola compatível com o eletroduto existente;
- . Os eletrodutos aparentes deverão ser fixados de forma a constituir bom aspecto estético, suportar seu peso próprio, o peso do cabo e esforços de arrancamento, bem como,

24



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos  
Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 084151-2000/13-0  
PREGÃO ELETRÔNICO



apresentarem-se perfeitamente estanques;

. Em situações de emergência poderá ser autorizada pela Administração do Hospital, a substituição de peças de reposição, devendo estas serem faturadas em separado pela contratada.

. A Contratada deverá providenciar levantamento da rede telefônica existente entregando à Direção e à Gerência de Manutenção no prazo de até 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato, uma planta com a locação do traçado encontrado com as suas especificações, preferencialmente desenhada em programa gráfico, devidamente impresso e acompanhada de disco flexível com o arquivo gravado;

. Caso ocorram modificações na rede existente ou lançamento do trecho novo, os mesmos deverão ser informados à Direção e à Gerência de Manutenção do respectivo local de prestação do serviço, através de planta com detalhamento dos serviços executados na cor vermelha preferencialmente desenhada em programa gráfico, devidamente impresso e acompanhada de disco flexível com o arquivo gravado;

#### ***DAS MANUTENÇÕES:***

##### **Manutenção Preventiva.**

A empresa contratada deverá realizar uma visita semanal aos locais de prestação dos serviços para a realização de vistoria preventiva, apresentando, para fins de comprovação, o relatório identificando o local (instituição) onde foi realizada, a data e o horário da vistoria, o nome, nº do CPF, carimbo e a assinatura do técnico que realizou a vistoria, o nome, carimbo e a assinatura do profissional designado pela contratante para acompanhamento da vistoria e, em caso de detecção de algum problema, as recomendações propostas, dentro do horário de funcionamento normal das instituições, de 8hs às 18hs, que consistirá na verificação periódica das condições de funcionamento, limpeza, ajustes, testes, substituições de peças ou componentes, quando necessário, bem como a atualização do tarifador, software e hardware. O Técnico deverá, *imediatamente* à detecção de algum problema, entregar à Direção local, uma planilha contendo a identificação do equipamento, o problema encontrado e as recomendações propostas.

##### **Manutenção Corretiva:**

A empresa contratada deverá comparecer aos locais de prestação dos serviços, sempre que solicitada pela contratante, para a realização da manutenção corretiva, apresentando, para fins de comprovação, o relatório identificando o local (instituição) onde foi realizada a manutenção, a data e o horário da vistoria, o nome, nº do CPF, carimbo e a assinatura do técnico que realizou a vistoria, o nome, carimbo e a assinatura do profissional designado pela contratante para acompanhamento do serviço, sempre que ocorrer defeitos ou falhas no(s) equipamento(s), software, hardware, gerenciador e tarifador da central telefônica, incluindo serviço de reparo nas peças, componentes e acessórios.

Atender os chamados de Urgência no prazo máximo de 60 (sessenta) minutos e os de manutenção corretiva no prazo máximo de 24 horas, após solicitação da Contratante



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 084151-2000/13-0**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



***DISPOSIÇÕES GERAIS:***

. A Contratante poderá solicitar, a qualquer tempo, quaisquer documentos da Contratada para comprovação de regularidade de situação cadastral ou da contratação dos empregados envolvidos na prestação do serviço e demais documentos considerados pertinentes a este contrato.

. Só será permitida a permanência do empregado designado pela CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE, durante o período em que estiver prestando os serviços.

. A Contratada, por razões operacionais, deverá estar sediada na Cidade de Porto Alegre/ RS ou comprovar, através do contrato social, que possui filial nesta cidade.

. Sempre que houver necessidade de substituição de peças e materiais, na execução dos serviços contratados, o orçamento desses materiais deverá ser previamente submetido à Direção do respectivo local de prestação do serviço, para a devida aprovação.

. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração reserva-se o direito de, sem de qualquer forma restringir à plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

- Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

- Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor, e com as especificações deste Edital e seus anexos.

Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo.

***ATENIMENTO AOS CHAMADOS:*** A contratada deverá atender o(s) chamado(s) de urgência, dos locais de prestação dos serviços, no prazo máximo de 60 (sessenta) minutos.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 084151-2000/13-0**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



**ANEXO V**  
**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO PREÇOS**

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>%</b>	<b>VALOR</b>
Salários		
Encargos sociais e trabalhistas		
Insumos (materiais, peças, etc)		
Equipamentos		
Uniforme		
Despesas com deslocamento		
Despesas com mobilização/desmobilização		
Tributos		
Outros (especificar)		
Taxa de administração ou outras despesas administrativas		
Lucro		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos  
Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 084151-2000/13-0  
PREGÃO ELETRÔNICO



ANEXO VI

	GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL ANEXO II AO DECRETO Nº 36.601, de 10-04-96.	J IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO					
		NÚMERO	FOLHA				
ANÁLISE CONTÁBIL DA CAPACIDADE FINANCEIRA DE LICITANTE – ACF							
A IDENTIFICAÇÃO DO EDITAL OU CARTA-CONVITE							
CÓDIGO	NOME DO LICITADOR	NÚMERO	MODALIDADE	DATA			
B IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE							
CGC/CPF:	ATIVIDADE PRINCIPAL	CNAE	SE				
FIRMA/RAZÃO SOCIAL:		CNPJ	CGC/CFE				
ENDEREÇO (rua, avenida, praça etc.)		NÚMERO	CONJ.	CEP			
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL			TELEFONE				
BALANÇO APRESENTADO PERÍODO:	DATA DO BALANÇO ANUAL	Nº LIVRO DIÁRIO	Nº DO RJC				
C IDENTIFICAÇÃO DO CONTABILISTA							
NOME:	CP	Nº DO REGISTRO NO CRC	TELEFONE				
ENDEREÇO (rua, avenida, praça etc.)		NÚMERO	CONJ.	CEP			
D IDENTIFICAÇÃO DA AUDITORIA							
NOME:			Nº DO REGISTRO NO CRC				
E BALANÇO PATRIMONIAL REESTRUTURADO		F DEMONSTRAÇÃO DA ANÁLISE FINANCEIRA DO LICITANTE					
CONTAS		Em R\$ Mil	ÍNDICE	VALOR	NOTA	PESO	NP
1	ATIVO CIRCULANTE AJUSTADO (ACA)		1	LIQUIDEZ CORRENTE			
2	PASSIVO CIRCULANTE (PC)						
3	ACA - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2	LIQUIDEZ GERAL			
4	PC + PASSIVO A LONGO PRAZO						
5	ATIVO PERMANENTE		3	GRAU DE MOBILIZAÇÃO			
6	PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO						
7	PASSIVO CIRCULANTE		4	ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO			
8	PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO						
9	PC + PASSIVO A LONGO PRAZO		5	ENDIVIDAMENTO GERAL			
10	PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO						
11	DESPESAS ANTECIPADAS		NFR	NOTA FINAL DA CAPACIDADE FINANCEIRA RELATIVA = $\sum NP$			
12	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS						
13	CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO		G	RESULTADO DA ANÁLISE			
14	PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
15	CONSISTÊNCIA (vide instruções no verso)						
H IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO							
NOME:			MATRÍCULA				
I DECLARAÇÃO E ASSINATURAS							
O representante legal da empresa licitante e o contabilista declaram, sob as penas da Lei, que as informações prestadas neste formulário são a expressão da verdade, bem como autorizam o licitador, por si ou por outrem e a qualquer tempo, examinar os livros e os documentos relativos à escrituração contábil, para confrontação dos dados aqui demonstrados.							
LICITANTE		CONTABILISTA		LICITADOR			
DATA:		DATA:		DATA:			